



LÉRIO & SILVA
CONTABILIDADE ESTRATÉGICA

CIRCULAR: 009/2025

São Paulo, 21 de fevereiro de 2025

Receita prevê que incentivo fiscal para o Perse deve acabar no 1º semestre de 2025

Por

Jéssica Sant'Ana

Valor — Brasília

Jornal Valor Econômico

06/01/2025 15h20 Atualizado há 3 semanas

A **Receita Federal** estima que o incentivo fiscal para o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (**Perse**) vai acabar no primeiro semestre deste ano, quando deverá ser atingida a **renúncia de R\$ 15 bilhões**. A conclusão consta em relatório divulgado pelo Fisco.

A lei que reformulou o programa estabeleceu um teto de até R\$ 15 bilhões em renúncia fiscal para a prorrogação do Perse, com prazo máximo de utilização até dezembro de 2026. Mas, somente de abril a outubro do ano passado, as empresas já utilizaram R\$ 7,1 bilhões do limite, ou seja, 47,4% do total de renúncia permitido por lei.

"Mantida essa tendência de utilização do Perse, tal benefício fiscal poderá ter seu limite autorizado de R\$ 15,0 bilhões, previsto para acabar em dezembro/2026, esgotado no primeiro semestre de 2025", diz a Receita em relatório. A lei prevê que o programa é encerrado a partir do mês seguinte em que o Executivo demonstrar que o custo fiscal acumulado atingiu o limite fixado.

O Perse permite às empresas beneficiadas não pagar quatro tributos federais. A maior renúncia verificada de abril a outubro do ano passado foi de Cofins (39,51%), seguido de Imposto de Renda (36,26%), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (15,21%) e Pis/Pasep (9,02%).

Em relação aos setores que mais utilizaram o Perse até outubro, a liderança fica com empresas da área de alojamento e alimentação. Depois, aparecem atividades administrativas e negócios relacionados a artes, cultura, esporte e recreação.

Das empresas que tem usufruído do benefício, 51,7% são do lucro real e 48,1% do lucro presumido.

A Receita Federal destaca, ainda, que os dados de outubro de 2024 são parciais, já que o relatório foi fechado antes do prazo final de entrega da declaração de fruição de incentivos tributários.



LÉRIO & SILVA

CONTABILIDADE ESTRATÉGICA

O Perse foi criado em 2021 para ajudar empresas que tiveram de paralisar atividades durante a pandemia de covid-19. A equipe econômica chefiada pelo ministro Fernando Haddad queria revogar completamente o programa, voltando a cobrar os tributos das empresas, mas precisou ceder diante da resistência do Congresso Nacional.

O que a equipe econômica conseguiu foi inserir na lei o teto de R\$ 15 bilhões ou prazo máximo de duração até dezembro de 2026, o que ocorrer primeiro. Também foi reduzido de 44 para 30 o número de atividades econômicas que poderiam se enquadrar no Perse.